



Crise político climática e Patrimônio Cultural

Political-Climate crisis and Cultural Heritage

Crisis político-climática y Patrimonio Cultural

Maryanne de Souza Tavares [*]

Wanessa Pires Lott [**]

[*] Graduada em Bacharelado em Desenvolvimento Rural (UFPA), mestranda em Ciências do Patrimônio Cultural (UFPA). E-mail: maryanne.abreu@ineaf.ufpa.br e maryanne.profissional2025@gmail.com.

[**] Graduada em História (UFMG) e Museologia (Claretiano), Mestre em Ciências Sociais (PUC/MG) e Antropologia (UFMG), Doutora em História (UFMG). Professora Adjunta da UFPA e Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências do Patrimônio (PPGPATRI/UFPA). E-mail: wanessalott@ufpa.br

Resumo: O artigo investiga a relação entre a crise político-climática e o patrimônio cultural, analisando como as mudanças climáticas e as estruturas de colonialidade impactam na preservação da memória e da cultura. Para tal, será feita a abordagem qualitativa com base na revisão bibliográfica e na realização de entrevistas semiestruturadas. Os resultados evidenciam que a herança colonial continua a influenciar a forma como o patrimônio é compreendido e protegido, privilegiando a materialidade em detrimento das manifestações imateriais e dos bens naturais. Além disso, as mudanças climáticas intensificam os riscos para a preservação da memória coletiva, especialmente para povos que dependem de seus territórios para manter vivas suas tradições. Dessa forma, o estudo ressalta a necessidade de repensar os modelos de preservação do patrimônio, levando em consideração não apenas os impactos ambientais, mas também a justiça social e histórica.

Palavras-chave: Patrimônio. Mudanças climáticas. Decolonial.

Abstract: This article investigates the relationship between the political-climate crisis and cultural heritage, analyzing how climate change and colonial structures impact the preservation of memory and culture. To this end, a qualitative approach will be used, based on a literature review and semi-structured interviews. The results show that colonial heritage continues to influence the way heritage is understood and protected, privileging materiality over intangible manifestations and natural assets. Furthermore, climate change intensifies the risks to the preservation of collective memory, especially for people who depend on their territories to keep their traditions alive. Thus,

the study highlights the need to balance heritage preservation models, taking into account not only environmental impacts, but also social and historical justice.

Keywords: Heritage. Climate change. Decolonial.

Resumen: Este artículo investiga la relación entre la crisis político-climática y el patrimonio cultural, analizando cómo el cambio climático y las estructuras coloniales impactan la preservación de la memoria y la cultura. Se utiliza un enfoque cualitativo basado en una revisión bibliográfica y entrevistas semiestructuradas. Los resultados demuestran que el patrimonio colonial continúa influyendo en la comprensión y protección del patrimonio, priorizando la materialidad sobre las manifestaciones intangibles y los recursos naturales. Además, el cambio climático intensifica los riesgos para la preservación de la memoria colectiva, especialmente para las personas que dependen de sus territorios para mantener vivas sus tradiciones. Por lo tanto, el estudio destaca la necesidad de repensar los modelos de preservación del patrimonio, considerando no solo los impactos ambientales, sino también la justicia social e histórica.

Palabras clave: Patrimonio. Cambio climático. Decolonial.

Introdução

A Organização das Nações Unidas, em julho de 2023, propagou uma das notícias mais alarmantes de todos os tempos: a de que o planeta estava não mais em aquecimento global, mas sim em ebulição global, sendo esse mais um de centenas, senão milhares, de sinais que a Terra deu de que a humanidade precisa rever suas decisões, e principalmente, sua relação com a natureza (ONU 2023).

No entanto, quando se fala em humanidade, é necessário esclarecer que há parcelas que precisam ser culpabilizadas em menor escala pelos problemas relacionados às mudanças climáticas. Por exemplo, os povos tradicionais demonstram não só um senso social mais apurado em relação às questões ambientais, como também em relação a conviver com o meio natural através de ações sustentáveis. Apesar de terem mais consciência de suas relações com a natureza, são a parte da sociedade que mais sofre com as consequências das crises político-climáticas, pois estes povos dependem de forma mais direta dos insumos da natureza.

Não obstante essa importante diferenciação em os grupos sociais, é inegável que a postura diante da natureza se mostra como um dos pontos principais para entender as mudanças climáticas, pois as escolhas das sociedades impactam de maneira direta no clima mundial. Estas escolhas são relacionadas ao fomento da economia e desde a época da Revolução Industrial, a natureza vem

perdendo a batalha contra o capital. Como exemplo mais atual, tem-se a falácia da Revolução Verde ocorrida no Brasil a partir dos anos 1960 e 1970. Foi um modelo de modernização agrícola que priorizou subsídios para a grande produção, o uso intensivo de insumos industriais e a agricultura de exportação. Contudo, os impactos técnicos, como poluição e perda de biodiversidade; as questões sociais, como concentração de riqueza e exclusão rural; e o fator econômicos, devido aos crescentes custos e dependência tecnológica criou um imenso problema. (Moreira 2000, Matos 2010).

A ação alterou as relações de trabalho e estruturas produtivas do setor agrário. Mesmo tornando realmente possível o aumento da quantidade de alimentos produzidos no mundo, causou diversos problemas relacionados aos transgênicos, agrotóxicos, desmatamento, poluição e à mecanização. Estes estão relacionados não só ao meio ambiente como também à economia e à saúde, no que tange o acesso a alimentos saudáveis. Os pequenos agricultores, que produzem sem agrotóxicos, não conseguem competir com os novos modelos de produção e muitos foram levados à falência e venderam suas terras, desencadeando também o aumento da concentração fundiária e o êxodo rural (Cianni 2021).

Neste cenário, o objetivo principal de extinção da fome não foi atingido, pois o acesso aos alimentos também depende do acesso à renda. O que ocorreu foi a marginalização da população do campo que mudou para as cidades, e aqueles que conseguiram se adaptar e resistir ao novo modelo de produção agrícola ficaram à mercê das grandes empresas e dos monopólios de mercado. Foram obrigados a usar sementes modificadas e venenos para conter pragas, além de várias outras consequências que afetaram o planeta sistemicamente.

Para além destas consequências, tem-se a mudança na relação dos grupos sociais com a natureza, principalmente no que tange às manifestações culturais. A natureza se faz como fundamental para uma dada comunidade, já que são lugares de memória – na concepção de Pierre Nora (1993) – e espaços de resistência enquanto indivíduos e coletividade. Nesses territórios, a história, o trabalho e a cultura não são esferas separadas. Ou seja, com a modificação excessiva da natureza, a cultura e a memória também se encontram em risco.

Este ponto até então colocado no texto, demonstra a fina relação entre a crise política climática e o Patrimônio Cultural. Ora, se as formas de lidar com a natureza são regidas por uma estrutura de exploração – e não de convívio – os elementos culturais que estão diretamente vinculados à natureza estão se perdendo. Ou seja, ao alterar significativamente o cenário que aporta as culturas, o Patrimônio Cultural também se encontra em risco.

Assim sendo, o texto fará um recorte e trabalhará com a Encantaria presente arquipélago do Marajó, especialmente em Soure, por se tratar de um elemento cultural que faz parte do Inventário

Nacional de Referências Culturais - INRC de Marajó elaborado em 2024 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (SICG/IPHAN 2024). Conforme os estudos do IPHAN a Encantaria se destaca sua profunda conexão com a natureza, ancestralidade e saberes tradicionais. Entende-se que a preservação da Encantaria, enquanto um Patrimônio Cultural, pode ser uma relevante forma de mitigação, pois emerge como uma estratégia fundamental no enfrentamento dos desafios impostos pelas alterações climáticas.

O Patrimônio Cultural é um instrumento crucial para o estudo e a implementação de ações de mitigação, adaptação e resiliência, permitindo uma compreensão aprofundada dos riscos associados a eventos climáticos extremos. Como exemplo tem-se a preservação de aspectos paisagísticos em uma interface direta de conexão entre o Patrimônio Cultural e as alterações climáticas, onde a conservação do ambiente natural contribui de maneira incisiva para a mitigação desses efeitos. Essa abordagem sublinha a importância da interligação entre a conservação ambiental e a proteção do patrimônio cultural como mecanismos de redução dos impactos climáticos (Campos 2017).

Desta maneira a pesquisa justifica-se pela necessidade de debater como as mudanças climáticas impactam a Encantaria, alterando as práticas religiosas e a construção das memórias locais. Há de se destacar que não se trata apenas de uma análise desconectada do processo histórico brasileiro, as consequências históricas da colonização no Brasil serão levadas em conta, evidenciando como a exploração de recursos naturais, a escravidão e uma relação predatória com o meio ambiente moldaram a sociedade brasileira.

Argumenta-se que, mesmo após o fim da colonização formal, a “colonialidade” se perpetuou, normalizando práticas e valores que resultaram em problemas como o desmatamento, o apagamento de narrativas e o preconceito, tornando-se traços culturais arraigados. No âmbito da construção da memória e do Patrimônio Cultural, esse artigo argumentará a abordagem eurocêntrica e materialista do IPHAN, que valorizava monumentos e a cultura das elites, negligenciando a imaterialidade e a diversidade das expressões culturais, especialmente as ligadas a povos originários e afro-brasileiros.

A pesquisa propõe investigar a complexa intersecção entre essa colonialidade intrínseca à construção da memória e as transformações aceleradas impostas pelas mudanças climáticas globais. Desta maneira, a problematização central a ser investigada é como esses dois fatores – a colonialidade e as mudanças climáticas – se relacionam e impactam a formação da memória local. As hipóteses sugerem que a colonialidade tem contribuído para o silenciamento de manifestações culturais específicas nas políticas e ações de memória. Paralelamente, as mudanças climáticas

aceleram o potencial de perda de formas de construção de memória profundamente enraizadas na relação com a natureza, que são tradicionalmente associadas a povos indígenas e de matriz africana, como o caso emblemático da Encantaria. Dessa forma, o estudo busca lançar luz sobre as vulnerabilidades e os desafios enfrentados por essas manifestações culturais em um cenário de dupla pressão histórica e ambiental.

A abordagem metodológica adotada foi de natureza qualitativa. Esta vertente de pesquisa fundamenta-se na interpretação de fenômenos complexos, compreendendo crenças, fatos e experiências que não são passíveis de mensuração por métodos estatísticos (Minayo 2001). Os procedimentos metodológicos abrangeram inicialmente um levantamento bibliográfico, contemplando artigos científicos, livros, teses, documentos oficiais e material jornalístico e iconográfico. Em seguida, a etapa de campo envolverá a observação das manifestações da Encantaria no município de Soure. No que concerne às políticas públicas, a investigação voltou-se para o IPHAN, como uma fonte de dados relevante dada sua iniciativa de levantamento preliminar da Encantaria, o que incluiu a entrevista com um técnico do órgão preservacionista. Finalmente, os dados coletados serão compilados, sistematizados e analisados com o propósito de problematizar as questões centrais deste artigo.

Diante deste breve exposto, o artigo será dividido em três partes, para além dessa introdução. Em um primeiro momento a questão da decolonialidade será o foco, entendendo que a estrutura de colonialidade no Brasil fundamenta posturas em prol da valorização de uma narrativa exploratória e de desrespeito com a natureza. Em um segundo momento, a questão das mudanças climáticas será trabalhada, destacando as tentativas de minimização da crise, principalmente as utilizadas pelas agências de salvaguarda do Patrimônio. Em seguida, o tema será analisado com base nas políticas públicas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Por fim, uma consideração final identificará os pontos principais analisados durante o percurso textual.

O Patrimônio Decolonial

A partir deste ponto, o texto será dividido em dois subtópicos. O primeiro trabalhará “O Giro Decolonial”, com destaque para a consolidação da colonialidade do poder, uma herança do imperialismo do século XV que resultou no atraso socioeconômico da América Latina e na imposição do eurocentrismo. Essa dominação será trabalhada no âmbito do Patrimônio no subtópico ‘Patrimônio Decolonial’, que argumentará como colonialidade moldou a visão do Patrimônio com um viés eurocêntrico, inicialmente reforçado por instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e IPHAN. Contudo, a partir

da década de 1970, houve uma mudança para a valorização do Patrimônio Imaterial, adotando a salvaguarda como forma de proteção. Apesar desses avanços, o texto aponta para a persistência de narrativas dominantes que centralizam decisões, marginalizam o conhecimento cotidiano de comunidades tradicionais.

O Giro Decolonial

O termo “colônia” ganhou abrangência devido ao expansionismo realizado pelas grandes navegações no século XV dando início ao imperialismo, que dividia uma grande parcela do mundo entre exploradores e explorados, sendo esses manipulados na esfera econômica, política, cultural e religiosa (Andrade 2021). Com o inflamar da Revolução Francesa (1789) e a Revolução Americana (1775), as colônias começaram o movimento para a emancipação, porém esse fato não ocorreu em uma totalidade e linearidade. No Brasil a Independência política de 1822 não foi realizada por levantes populares. Ocorreu uma ‘troca de poder’ entre o rei português Dom João IV e o seu filho, também português, Dom Pedro I.

Consequentemente, diversos países latino-americanos herdaram um atraso socioeconômico significativo, cujos efeitos ainda são percebidos nos dias de hoje, enquanto as metrópoles se transformaram em poderosas potências globais. Essa realidade de submissão presente também em ex-colônias do Oriente, constitui-se como modelos de teatralização do poder (Canclini 1998). Na América Latina, esta manutenção da “designação do eurocentrismo/ocidentalismo como a forma específica de produção de conhecimento e subjetividades” (Quintero, Figueira e Elizalde 2019, 6) recebeu a designação, na década de 1990, de colonialidade do poder. Desta maneira, “assentou a conformação das novas repúblicas, modelando suas instituições e reproduzindo nesse ato a dependência histórico-estrutural” (Quintero, Figueira e Elizalde 2019, 6), tornando a Europa como marco planetário e subjugando tudo e todos aqueles que não faziam parte dela.

Após esse longo período de subserviência, grupos sociais da América Latina iniciaram processos de ruptura colonial por meio de quebras de paradigmas nos processos de elaboração e disseminação do conhecimento. Esse movimento de resistência intelectual tem como marco a constituição do grupo Modernidade/Colonialidade no final dos anos 1990, iniciando as conceituações em torno da decolonialidade. Os intelectuais buscaram romper as lógicas eurocêntricas e trouxeram à tona as problemáticas advindas dos grupos que majoritariamente constituem as sociedades da latino-americanas, como os indígenas, caboclos, escravizados, dentre outros.

Esses grupos majoritários não tiveram acesso ao controle dos meios de produção e foram forçados a subordinar a produção de suas subjetividades à imitação dos modelos culturais europeus. Em outras palavras, a colonialidade do poder tornou historicamente impossível uma real democratização nessas nações. Por isso a história latino-americana se caracteriza pela parcialidade e precariedade dos Estados -nação, assim como pelo conflito inerente a suas sociedades (Quintero, Figueira e Elizalde 2019, 6).

O grupo de estudiosos procurou, primeiramente, teorizar o contexto no qual os países da América Latina se colocam, resultando nos quatro conceitos principais, que, por sua vez, advêm da colonialidade do poder: colonialidade do saber, do ser, da natureza e do gênero. A colonialidade do saber se expressa através do conhecimento como forma de dominação, validando apenas o eurocentrismo e suas lógicas; a colonialidade do ser separa todos em hierarquização de raças, o que corrobora com justificativas de dominação e exploração, como a escravidão e a lógica de discursos eugenistas; a colonialidade da natureza a objetifica enquanto meio a ser explorado conforme as necessidades do capitalismo; e por fim, a colonialidade do gênero afasta homens/machos de mulheres/fêmeas, em lógica semelhante com a colonialidade do ser (Ballestrin 2013; Quintero, Figueira e Elizalde 2019).

No contexto do Patrimônio, essas colonialidades foram e são reproduzidas até a contemporaneidade, sendo percebida de diversas formas. O histórico de pensamento preservacionista iniciou com a materialidade dos edifícios monumentais, vinculados às memórias da elite europeia branca e da Igreja Católica. Estes eram privilegiados nas ações de conservação e restauro, construindo símbolos dogmáticos, onde “o campo do Patrimônio constituiu-se com base no conhecimento técnico especializado, montou uma rede de agências de formação e consagração desses profissionais” (Chuva 2020, 28).

Tal pensamento se vincula ao conceito que emerge após a Queda do Muro de Berlim em 1989 que se refere a categoria do tempo presente no Ocidente. Trata-se do “presentismo”, que é caracterizado por um “presente massivo, invasor, onipresente, que não tem outro horizonte além dele mesmo, fabricando cotidianamente o passado e o futuro do qual ele tem necessidade” (Hartog 2006, 270). É um estado onde o presente se torna tão dominante que “já passou antes de ter completamente chegado” (Hartog 2006, 270). No contexto do “presentismo”, a sociedade se encontra em uma tensão constante, vivendo entre o esquecimento e o desejo de não esquecer de nada. A rápida extensão e a multiplicidade das manifestações do Patrimônio Cultural, bem como das outras formas de manutenção da memória são sinais do presentismo (Hartog 2006).

Desta maneira, como a materialidade se mostra mais contundente para a manutenção da memória no tempo presente, houve a hierarquização do Patrimônio Material. Por sua vez, há o detrimento da imaterialidade e os conhecimentos de experiência, que atualmente estão sendo

revogados através do descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos. Neste contexto, outra teoria é pertinente, como a Teoria do Controle Cultural (Batalla 2019). Essa diz respeito à relação cultural entre comunidades pertencentes ao contexto de colonização. Entende-se a assimetria de poder no contexto social, político e financeiro entre duas culturas dentro de suas dinâmicas enquanto processo social (Barboza e Mendonça 2024). Afinal, os processos de elaboração dos Patrimônios são uma ação política resultado de escolhas, sendo as práticas de preservação objeto de reflexão historiográfica (Chuva 2020). Essa questão do Patrimônio Cultural no contexto até aqui debatido será o ponto principal do tópico seguinte.

O Patrimônio Decolonial

A colonialidade como matriz da soberania também foi propagada através do Patrimônio Cultural, sendo esse resultado da construção visual e cênica da significação. Tal afirmativa pode ser observada pelos sistemas ideológicos, que estabeleceram pertencimentos universais de monumentalização, teatralização, sacralização e distanciamentos através de repertórios fixos, acontecimentos fundadores, objetos fetichizados e transformações das pessoas em mercadorias. (Canclini 1998). Por meio desse sistema, validaram-se os discursos sobre a “conformação de um sistema de exploração social global que articula todas as formas conhecidas e vigentes de controle do trabalho sob a hegemonia exclusiva do capital” (Quintero, Figueira e Elizalde 2019, 6).

Dentro dessa perspectiva, vários órgãos tiveram papel fundamental na consolidação do Patrimônio com viés colonialista, como é o caso da UNESCO, que anterior a década de 1970 contratou especialistas das várias partes do mundo para difundir a ideia de valor universal (Chuva 2020). No entanto, a partir da década de 1980 a UNESCO avançou em seus debates contribuiu para a ampliação do entendimento do Patrimônio Cultural por meio das convenções e das conferências sobre culturas tradicionais, como a 25ª Conferência Geral da Unesco em Paris, em 1989.

A quebra de paradigmas e abertura para novos diálogos questionou as padronizações de autenticidade que antes se fazia como conceito primordial para o debate patrimonial. Ao fazer críticas e defender que o valor das edificações estava no caráter do conhecimento de experiência, ou seja, no saber fazer e não no monumento edificado, os conceitos e entendimentos foram aos poucos de alterando, resultando na Carta de Nara (1994). Alguns anos depois, após diversos debates, estipulou-se o entendimento do que seria o Patrimônio Imaterial como sendo:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado

pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO 2003, 4).

No âmbito dessas discussões, também foram questionadas as nomenclaturas utilizadas para se referir a imaterialidade, onde entendeu-se que os termos ‘preservação’, ‘proteção’, ‘conservação’ faziam alusão majoritariamente aos aspectos materiais. Então, decidiu-se pela utilização de ‘salvaguarda’ para abarcar o conceito intangível (Aikawa 2004 *apud* Barboza e Mendonça 2024).

Por outro lado, apesar do início dos anos 2000 ter sido marcado pelos esforços dos órgãos do Patrimônio na salvaguarda da imaterialidade, os séculos de legitimação das narrativas dominantes ainda permeiam o controle dos processos de patrimonialização e continuam com a subjugação. Sejam pela centralização da tomada de decisões sobre o bem cultural e/ou pela burocracia e/ou pela pressão do mercado capitalista e/ou pela marginalização de comunidades tradicionais (Ballestrin 2013; Chuva 2020; Barboza e Mendonça 2024).

Dessa maneira, a questão da imaterialidade no Patrimônio Cultural está em uma corda bamba, pois suas bases se encontram no discurso da materialidade como suporte dos diferentes valores (Fernandes, Bandeira e Carelli 2021) e na recém valorização da memória comunitária, na qual a “emoção e afeto são sentimentos essenciais para a experiência do Patrimônio” (De Souza, Almada e Rosado 2023, 3).

Nesse cabo de guerra há outro elemento que deve ser inserido. A memória das comunidades muitas vezes entra na lógica patrimonial pela cooptação dos poderes dominantes. Esses apropriam da imaterialidade de comunidades locais reestruturando os elementos, esvaziando as experiências e até mesmo uniformizando as culturas, tornando-a um objeto cultural a ser explorado em prol do capital. (Fabris e Corrêa 2019). Assim, é de suma importância que as próprias comunidades mantenham suas memórias vivas por seus próprios meios, sendo as práticas de salvaguarda um elemento externo a mais, que não deve interferir significativamente nas comunidades. Como destacado por Ailton Krenak¹ na entrevista concedida ao site *Memória Viva*, há de se lembrar que

a memória é a consciência crítica. A ausência dessa memória deixa a gente refém de qualquer discurso manipulador, ao invés de você ouvir uma mensagem e analisar ela criticamente você adere a mensagem automaticamente com sentido afetivo emocional e tal você põe uma música de fundo bem boba e umas imagens bem assim carente e aí você já leva a enxurrada de otário atrás. É assim que fazem manipulação de memória também né... é terrível enxergar isso, dói, te faz ficar muito crítico e encurta muito a paciência (Memória Viva 2020).

¹ Ailton Krenak é natural do Córrego do Itabirinha, distrito de Itabira, no Vale do Rio Doce (Minas Gerais), e membro da etnia Krenak. É um ativista indígena dos direitos humanos e autor reconhecido por seus livros, textos e artigos, publicados em coletâneas tanto no Brasil quanto no exterior. Assumiu em 2023 a cadeira número 5 da Academia Brasileira de Letras (Academia Brasileira de Letras 2025).

Paralelamente a importância da ampliação do conceito e prática do Patrimônio Cultural para a imaterialidade, respeitando as formas de guarda de memória pelas comunidades, não se deve deixar à margem o pano de fundo da colonialidade que neste texto vem sendo trabalhado. Em uma metáfora pertinente trabalhada por Ferdinand (2022) do navio negreiro é fundamental para entender a colonialidade persistente e a crise ecológica. Esse espaço representa um microcosmo de violência e desumanização da escravidão, que não só fundou o sistema colonial-capitalista, mas também estabeleceu hierarquias raciais. Estendendo para a questão ambiental, o navio é como um ambiente de confinamento e controle total, onde a natureza (humana e não-humana) é subjugada. Isso conecta a exploração de corpos à exploração da terra, sugerindo que a crise ecológica tem como base a colonização do século XV e XVI, pois o “sofrimento dos racializados, dos pobres e das mulheres e prolonga o silêncio colonial” (Ferdinand 2022, 31). Apesar de representar opressão, o navio negreiro também simboliza resistência. Assim, a metáfora serve para enraizar a crise ambiental na violência histórica colonial, expor a interconexão entre exploração social e ambiental e inspirar novas ecologias baseadas nas experiências de povos colonizados.

Dessa forma, podemos também utilizar da ferramenta argumentativa de Ferdinand (2022) sobre os navios negreiros e explicitar através de um ponto de Preto Velho², que os escravizados tinham as forças da natureza como proteção e salvação dos tormentos que ainda estavam por vir, onde a morte em alto mar, ou Calunga Grande – como o mar é conhecido dentro dessas doutrinas – era a solução para os grandes tormentos que essas pessoas sofriam, sendo apenas uma das muitas formas de resistência exercidas na época, além das diversas utilizações do meio ambiente que destacam o conhecimento ancestral e a diferente forma de habitar o mundo, como é possível perceber no verso que se segue.

Navio Nегreiro no fundo do mar
Correntes pesadas na areia a arrastar
A negra escrava se pôs a cantar
Saravá minha Mãe Iemanjá!
Virou a caçamba de fundo do mar
E quem me salvou foi Mãe Iemanjá!
Saravá minha Mãe Iemanjá! (Carvalho, n.d.).

Portanto, é evidente que os debates acerca do tema precisam abranger além dos setores governamentais a comunidade geral, pois as consequências das mudanças climáticas no contexto do Patrimônio Cultural atingem não só os bens materiais e imateriais, como também o bem natural,

² Entidades espirituais cultuadas nas religiões afro-brasileiras, que antes de virarem entidades eram negros escravizados.

pois “impactam diretamente as comunidades tradicionais que dependem do meio ambiente, intrinsecamente ligado à identidade, à memória afetiva, aos valores e à reprodução cultural do grupo” (Costa e Silva 2021, 106). Nesse sentido, são necessários debates mais amplos envolvendo de maneira mais ampla as esferas da sociedade com o intuito de minimizar os desastres que a crise política-climática se impõe na atualidade. Dentre os pontos as esferas a serem analisadas, o recorte deste trabalho se volta para o IPHAN, por ser o órgão nacional responsável pela questão patrimonial no Brasil.

Crise Político Climática e o Patrimônio Cultural: uma análise com base no IPHAN

Nesta seção, o texto será dividido em dois momentos. No primeiro, a questão da crise político-climática e as ameaças o Patrimônio Cultural será destacado no âmbito das soluções propostas. O foco será nas conferências da ONU e da UNESCO até o conceito de desenvolvimento sustentável. Ressalta-se que o impacto da referida crise vai além do físico, afetando sociedades e comunidades tradicionais, exigindo uma discussão mais profunda para garantir a vida e a cultura. Na sequência, o texto traz o IPHAN, tratando a ampliação do conceito de Patrimônio Cultural no Brasil. A atuação do IPHAN passou de uma fase inicial, durante a ditadura militar, centrada em bens materiais e na visão de especialistas que perpetuavam assimetrias de poder e exclusão de identidades populares, para uma abordagem mais flexível e ampliada após a Constituição de 1988, que incluiu o Patrimônio Imaterial.

Apesar dessa abertura, resquícios do olhar colonial persiste, controlando, por exemplo, os critérios de seleção. Contudo, a instituição tem progressivamente adotado uma postura mais participativa, valorizando os conhecimentos tradicionais das comunidades e reconhecendo os valores culturais da natureza. Atualmente, o IPHAN demonstra uma preocupação crescente com as mudanças climáticas, buscando integrar o tema em suas ações e promover um diálogo mais inclusivo para a conservação e preservação do Patrimônio, apesar de um atraso histórico em relação a padrões globais.

O Patrimônio Cultural perante as mudanças climáticas

A partir das problemáticas envoltas às mudanças climáticas, surgiram muitas tentativas de soluções discutidas em conferências de meio ambiente. Dentre elas, destaca-se as conferências de Estocolmo, a Rio 92 e futuramente a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - Conferência das Partes (COP 30) a ser realizada em Belém/PA em 2025. Dentro do contexto do Patrimônio Cultural, destaca-se a Conferência sobre o Meio Ambiente Humano da ONU em julho

de 1972, que teve o objetivo de discutir princípios de proteção ambiental, onde as primeiras iniciativas para salvaguarda foram os relatórios da UNESCO e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Nesse mesmo período, a UNESCO promoveu a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural em Paris, que estabeleceu a lista de Patrimônios da Humanidade com os critérios para a salvaguarda de tais bens e os perigos acarretados pelas mudanças climáticas.

Apesar de significativas mudanças de paradigmas, ainda há uma carência de estudos acerca do Patrimônio Cultural relacionado a questões emergentes como as mudanças climáticas, pois são poucas as iniciativas que consideram a iminência do tema. Somente em 1972 que a UNESCO promove a ‘Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural’ em Paris, estabelecendo a lista de Patrimônios da Humanidade, os critérios para a salvaguarda de tais bens e os perigos envolvidos a esta transformação de âmbito mundial.

[Estipulou-se] a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, na qual constariam os bens cuja salvaguarda exigiria a intervenções da UNESCO. As razões para a perda de um bem foram pensadas em decorrência de fatores como a degradação acelerada, desenvolvimento urbano e turístico acelerados, destruição em função de mudanças de uso, alterações profundas por causas desconhecidas, abandono por qualquer motivo, conflito armado já iniciado ou latente, calamidades ou cataclismas, incêndios, terremotos, deslizamentos de terra, erupções vulcânicas, modificação do nível das águas, inundações e maremotos (Zanirato 2008, 1).

Desse modo, para além de promulgar as preocupações discutidas acerca da salvaguarda dos bens, a lista também provocou o interesse dos Estados-parte em inserir seus bens no catálogo da UNESCO, devido a comoção que a organização promove. Como exemplo tem-se o incentivo turístico propagado aos bens patrimonializados, como é o caso de Veneza na Itália. A cidade vem atraindo cada vez mais de turistas com o discurso de conhecer a cidade antes que ela afunde. Essa ação reflete a já pontuada vinculação do Patrimônio Cultural com a corrida pelo capital em tópico anterior desse texto.

Para minimizar os problemas como esse exemplo, no decorrer da década de 1980, foi criada pela ONU a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. O objetivo principal foi de aprofundar estudos que pudessem solucionar as duas maiores questões mundiais: a garantia do desenvolvimento econômico e a minimização dos impactos ambientais, de forma que fosse possível a execução de ambos simultaneamente. A crítica sob a referida comissão da ONU foi o privilégio de ações que visam o crescimento econômico dos locais, deixado em segundo plano as formas de minimizações de danos aos espaços. Assim, mais uma vez percebe-se que a corrida pelo capital sobrepõe as questões do meio ambiente, sendo a lógica capitalista como um dos principais motivos para os problemas que estão acontecendo no âmbito do Patrimônio Cultural.

Mesmo que o relatório *Nosso futuro comum*, apresentado em 1987 pela comissão, abordar a adoção do desenvolvimento sustentável como uma forma de sanar as questões emergentes, é importante destacar que o próprio termo “desenvolvimento sustentável” é oriundo da colonialidade. Ou seja, trata-se de um conceito que privilegia o dito “progresso” e faz analogia com os termos “des – envolver”, separar, dividir. Esses são fundamentos e forma que visam a exploração comercial da terra. Não há uma preocupação em “envolver”, em trazer à baila a relação de “com – vivo” com a natureza, respeitando os limites dessa. Essa crítica de Ferdinand (2022) de que o “des – envolvimento” é uma concepção colonial e exploratória da terra fundamenta a visão de Zanirato (2008) abaixo citada, que argumenta que a produção social de riquezas acarreta sistematicamente a produção de riscos ambientais, esgotando recursos e ameaçando a vida no planeta.

A produção social de riquezas nessa sociedade é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos, pois as tecnologias desenvolvidas têm acarretado o esgotamento dos recursos naturais renováveis e não renováveis e também são geradoras de substâncias nocivas e tóxicas que poluem o solo, a água, o ar, que contaminam os lençóis freáticos e põem em perigo a vida na Terra, em todas as suas manifestações (Zanirato 2008, 1).

A colonialidade utilizou da ciência para fundamentar a descaracterização da natureza enquanto um elemento independente e para torná-la um objeto para exploração, um meio para se chegar a um fim (Lenoble 1990; Pointing 1995; Foladori 2001 *apud* Zanirato 2008). Concomitantemente, estudos realizados pelo Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento apontam que os impactos não assolam somente as questões físicas, mas também no âmbito sistêmico, pois as “mudanças ao Patrimônio Cultural causadas pelas mudanças climáticas não podem ser dissociadas das mudanças na sociedade, na demografia, no comportamento pessoal, no impacto de valores sociais” (UNESCO 2003 *apud* Zanirato 2008). Por esse motivo, o Brasil vem alterando as suas ações em prol do reconhecimento e valorização do Patrimônio Cultural desde a década de 1930. No entanto, a grande virada do IPHAN se faz no final da década de 1970, ponto que será trabalhado no subitem seguinte.

Um olhar do IPHAN sobre a questão da crise político climática

Apesar dos esforços mundiais acerca da crise iniciarem na década de 1970, no Brasil, devido ao período ditatorial (1964-1985) a questão do Patrimônio Cultural estava vinculada à política centrada na preservação de identidades classistas marcadas pelas heranças autoritárias e excludentes (Fabris e Corrêa 2019). O processo de escolha dos bens a serem patrimonializados era fortalecido pelos especialistas sob o alicerce da gestão do conhecimento e da informação. Assim, instaurou a dominação e a subordinação através das assimetrias de poder pautadas na falsa neutralidade de

escolhas (Barboza e Mendonça 2024). Nesse contexto, houve um desprezo em relação à representação dos demais grupos que compõem a sociedade brasileira ao privilegiar o Patrimônio de ‘pedra e cal’, termo que remete à primeira fase do IPHAN – 1937 a 1979 – e reflete o grande número de bens edificados do período monárquico brasileiro (Miceli 1987).

Com o fim do regime civil-militar e o início da abertura política, o IPHAN, associado à gestão de Aloísio Magalhães (1979 e 1982), começaram as flexibilizações quanto aos critérios de seleção. Posteriormente foi ampliado o conceito de Patrimônio Cultural na Constituição de 1988, que passou a ser compreendido como o “conjunto de bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil 1988, art. 216).

Nesse contexto, começaram as discussões sobre a valorização das demais memórias que compunham o Brasil, principalmente no âmbito dos bens de natureza imaterial com a promulgação do decreto 3.551/2000, que instituiu o Registro de Bens de Natureza Imaterial, sendo canalizado no Livro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. Contudo, apesar da grande abertura nas pautas patrimoniais, os critérios de seleção ainda estavam à mercê dos especialistas. Mesmo que as equipes de Patrimônio Imaterial são atualmente multidisciplinares, ainda há questões colonialistas de dominação, de cooptação e de apropriação dos bens tradicionais. Desta maneira, é perceptível que se mantém

o olhar colonial de um erudito que, partindo do Norte, embarca levando na mala seus conceitos para fazer experiência num Caribe não erudito e retorna com os frutos de um novo saber, capaz, em contrapartida, de prescrever o caminho a seguir (Ferdinand 2022, 18).

Para além disso, também há a compreensão sobre laços que conectam pessoas, lugares e natureza. Esses ainda não se colocam como relevante a relação entre os significados culturais e os espirituais no âmbito da natureza. Mesmo que autores como Verschuuren e Brawn (2018) evidenciem tais laços como fortes impulsionadores e motivadores para a construção da memória e da identidade, elementos esses que envolvem conjuntamente a materialidade e a imaterialidade. Desta maneira é relevante destacar que os

valores culturais da natureza envolvem significados simbólicos, vínculos históricos e ancestrais, bens, saberes, tradições e práticas de diferentes grupos sociais (antigos ou atuais) associados a paisagens, fenômenos ou elementos específicos da fauna, flora e geologia que contribuem diretamente ou indiretamente para a conservação (Pinto 2022).

No entanto, os órgãos preservacionistas brasileiros, encabeçados pelo IPHAN, continuam perpetuando os discursos de separação entre material e imaterial, e/ou debates eurocêntricos de silenciamento dos discursos locais (Barboza e Mendonça 2024). Ademais, é recorrente perceber que o Patrimônio Imaterial ainda é colocado como um bem relacionado exclusivamente aos subalternos

(Cocotle 2019). Por outro lado, o IPHAN vem trabalhando para ouvir mais as vozes das comunidades, tentando criar ações para dar mais autonomia às comunidades detentoras, por meio de processos de participação compartilhada (Barboza e Mendonça 2024). Conforme destacado pelo técnico do IPHAN, essa percepção já está em vigência, por meio de ações como a etnografia e muitas entrevistas. Além deste ponto,

hoje em dia, o envolvimento também desses detentores porque há uma perspectiva do IPHAN que esses detentores sejam capazes de produzirem a pesquisa e o conhecimento próprio do INRC.... Então, eu acho que hoje em dia é uma metodologia participativa que a gente pode colocar assim, sabe? Que envolve detentores, aqueles para quais o patrimônio tem interesse, que eles possam também colocar no formato do INRC o conhecimento que eles possuem, para diminuir essa questão da interferência daquele intelectual que sempre vai lá e não então isso é o patrimônio... que eles possam estar contando, dizendo de fato, envolvido diretamente na pesquisa, na produção desse conhecimento. Não só como entrevistados. Acho que esse é um novo momento, inclusive, do INRC, esse envolvimento participativo a nível de pesquisa, de pesquisadores locais, do próprio bem que está sendo estudado (Andrade 2024).³

A partir dessa nova postura, firma-se, então, a percepção sobre o Patrimônio Natural enquanto essencial para a produção cultural, pois é nela que se encontram as fontes materiais e imateriais em que se perpetuam os bens patrimoniais. Mesmo que separados em categorias para fins de preservação, quando se fala em cotidiano, os elementos estão relacionados intrinsecamente em processos múltiplos e dinâmicos (Delphim 2004). Por exemplo, o tombamento de Ouro Preto, que para além da arquitetura, também possui os aspectos naturais e imateriais compreendidos nos materiais e nos saberes utilizados para a construção. Além desses elementos existem vários outros aspectos que abrangem a diversidade do bem como a própria história da cidade que é contada e representada no local. Desta maneira é importante destacar que

a preservação do patrimônio natural propicia excelente exercício de integração entre os elementos físicos e biológicos da natureza, os sistemas que estabelecem entre si e com as ações humanas. Fornece chaves para a proteção sinérgica de sítios e formações naturais significativas, em conjunto e harmonia com comunidades e plantas, animais e seres humanos, sobretudo com a cultura que cada grupo estabelece em relação à natureza, aos significados religiosos, míticos, legendários, históricos, artísticos, simbólicos, afetivos e tantos outros que podem ser conferidos pelo homem ao mundo natural (Delphim 2004, 4).

Este ponto do entendimento do Patrimônio Natural e a correlação indelével com a materialidade e a imaterialidade, poderia ter sido aproveitado na elaboração do INRC Marajó (2004-2006). Na época, segundo o técnico responsável pela educação patrimonial da instituição, não houve preocupação com as questões climáticas no decorrer do levantamento. Efetivamente, o diálogo sobre o tema ganha corpo em 2023 com o Ciclo de Diálogos sobre Patrimônio Cultural e Ações Climáticas, uma parceria do Departamento de Articulação, Fomento e Educação do IPHAN como o ICOMOS/Brasil firmada em 2019. Neste escopo, busca-se trazer para a conversa os

³Entrevista de pesquisa concedida em 04 de dezembro de 2024, na cidade de Belém-PA.

membros das comunidades afetadas, visando unir os conhecimentos tradicionais com a ciência e tentar reverter os processos de construção das políticas públicas para conservação, preservação e salvaguarda. Um dos produtos de grande importância dos debates foi construção da Carta Brasileira do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas.

O documento destaca a gravidade e urgência da mudança climática global, reconhecendo o Patrimônio Cultural como um pilar essencial para a construção de sociedades justas, resilientes e sustentáveis. A carta é o resultado de um processo colaborativo, iniciado em 2023 com oficinas nos biomas brasileiros – Pantanal, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Amazônia e Pampa –, que reuniu mais de 300 representantes de povos e comunidades tradicionais, gestores públicos e pesquisadores. Lançada em 2025 com o apoio de diversas instituições como IPHAN e ICOMOS/Brasil. O documento aponta que as mudanças climáticas, por meio de eventos extremos como enchentes, secas e incêndios, afetam desproporcionalmente populações vulneráveis e comunidades tradicionais, que são guardiãs do patrimônio cultural e natural. Neste contexto, reafirma-se

a necessidade de integrar justiça climática, inclusão, equidade territorial e diversidade cultural às ações de salvaguarda, valorizando os conhecimentos ancestrais e técnicas tradicionais como elementos centrais nas estratégias de adaptação e mitigação climática em diálogo com a ciência e tecnologia (ICOM 2025, 2).

A carta dialoga com marcos nacionais e internacionais, e busca contribuir para a implementação de estratégias de adaptação que protejam sítios patrimoniais e práticas culturais dos riscos climáticos. Entre os bens e práticas vulneráveis debatidos estão sítios arqueológicos, territórios tradicionais, paisagens culturais, saberes e fazeres, festas e manifestações culturais, conjuntos arquitetônicos, patrimônio linguístico e instituições museais. Ademais, há o detalhamento dos efeitos das mudanças climáticas incidem de forma desigual nos biomas e territórios culturais do Brasil, colocando em risco a sociobiodiversidade e os vínculos identitários de povos e comunidades. Para cada bioma e tipo de território, são descritos perigos específicos, vulnerabilidades e riscos associados. Para o artigo em questão, é importante destacar a Amazônia que apresenta com maiores perigos as seca e queimadas ocasionando nos seguintes nos riscos de “deslocamento forçado, colapso das práticas espirituais e saberes florestais, destruição de sítios arqueológicos e apagamento de memórias indígenas e ribeirinhas”. Além desses pontos, a carta destaca as vulnerabilidades da região, a saber

insuficiência de políticas públicas efetivas, falta de assistência técnica, biopirataria, grilagem de terras, perda de línguas e rituais, desmatamento acelerado, garimpo ilegal, contaminação por mercúrio, avanço da fronteira agrícola, pecuária e extrativista (ICOM 2025, 7).

O documento culmina com um apelo à ação coordenada, inclusiva e urgente, convocando governos, setor produtivo, instituições e a sociedade civil a se comprometerem com a preservação

do Patrimônio Cultural ameaçado. Demanda políticas públicas estruturadas, financiamento contínuo, capacitação e mecanismos institucionais que garantam a participação social e o protagonismo comunitário, reconhecendo o patrimônio como um agente transformador da sociedade e destacando a urgência de um fundo nacional para sua salvaguarda (ICOM 2025).

Considerações Finais

O presente artigo apresentou uma análise crítica e interdisciplinar da intrínseca relação entre a crise político-climática e a preservação do Patrimônio Cultural, explorando-a sob a lente persistente da colonialidade. Evidenciou-se que as paisagens se configuram como verdadeiros territórios de disputa, ressignificação e, crucialmente, de luta por justiça socioambiental em um mundo em acelerada transformação.

A premissa fundamental desenvolvida ao longo do estudo revelou como a herança colonial não apenas persiste, mas molda ativamente a compreensão e as práticas de proteção do Patrimônio Cultural no Brasil, historicamente privilegiando a materialidade em detrimento das manifestações imateriais e dos bens naturais. Essa abordagem se manifesta na subordinação de saberes e vivências locais, culminando na significativa modificação da natureza que, por sua vez, coloca a cultura e a memória em risco. Constatou-se que esta lógica é um reflexo direto da erosão de vínculos comunitários e da mercantilização da natureza, impulsionada por um consumo desenfreado dos meios naturais e legitimada por uma falácia da preocupação com o planeta.

Outro ponto de atenção central trabalhado pelo artigo foi a dimensão da colonialidade como matriz estruturante para o entendimento da crise político-climática. Argumentou-se que a superação dessa realidade exige a construção de uma efetiva valorização das vivências locais e das imaterialidades inerentes ao patrimônio, alinhando-se aos paradigmas propostos pela Carta de Nara e pela Convenção da UNESCO de 2003. É neste ponto que o Patrimônio Cultural se aproxima efetivamente das narrativas ambientais, desvelando a necessidade de abordagens decoloniais. As tentativas de solução para as mudanças climáticas que se concentram meramente em mitigações, em vez de abordagens transformadoras, foram criticadas, especialmente quando o capitalismo é posto como aliado do meio ambiente, apesar de ser um dos principais motores dos problemas atuais.

O questionamento do termo ‘desenvolvimento sustentável’ como um conceito ‘oriundo da colonialidade da cultura ocidental’ e sinônimo de progresso, com uma lógica de exploração comercial da terra (Ferdinand 2022), oferece uma perspectiva crítica sobre as narrativas dominantes, promovendo uma reflexão profunda sobre a produção de paisagens sob a égide dessas concepções. A análise da metáfora dos “navios negreiros”, como protótipo da separação entre ser

humano e natureza (Ferdinand 2022), ilustra como as narrativas ambientais estão intrinsecamente ligadas à colonialidade e à produção de desigualdades nos territórios patrimonializados. Ademais, a percepção do Patrimônio Natural como essencial para a produção cultural, com seus elementos físicos e biológicos interligados às ações humanas e aos significados culturais e espirituais, reforça a ideia de que o entendimento ampliado do Patrimônio Cultural é fundamental para as sociedades. Finalmente, a discussão demonstrou-se que as escolhas sociais e econômicas impactam diretamente o clima global e, conseqüentemente, as relações dos grupos sociais com a natureza, moldando os bens patrimonializados. O artigo argumentou que a natureza é fundamental para uma dada comunidade, atuando como lugar de memória e espaço de resistência, o que indica que essa não é um pano de fundo passivo, mas um território de construção cultural e social.

No âmbito das políticas públicas, o artigo ressaltou que as mudanças do IPHAN para a inclusão do Patrimônio Imaterial em suas práticas, as novas posturas de dar autonomia às comunidades detentoras e as ampliações dos debates – demonstrado, por exemplo, pela construção de documentos como a Carta Brasileira do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas – se mostram como um caminho em prol do Patrimônio Cultural Brasileiro. No entanto, há ainda a urgência de repensar os modelos de preservação e salvaguarda do Patrimônio, levando em consideração não apenas os impactos ambientais, mas também a imperatividade da justiça social e histórica. A abordagem decolonial é imprescindível para desvelar e minimizar as camadas históricas e políticas subjacentes à crise atual. Somente por meio de um entendimento ampliado será possível fortalecer a promoção da cidadania e da sustentabilidade em prol da autonomia e do bem-viver, pavimentando o caminho para a invenção de futuros possíveis para o Patrimônio Cultural em tempos de crise.

Referências Bibliográficas

Academia Brasileira de Letras. 2025. “Ailton Krenak”. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/ailton-krenak/biografia>. Acesso em: 29 out. 2025.

Andrade, André Luís dos Santos. 2024. “Entrevista concedida a” [excluído para submissão]. Belém, 4 dez. 2024

Andrade, Marcelo. 2021. *Impérios coloniais*. São Paulo: Flos Carmeli Edições Eirelli.

Ballestrin, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no. 11 (2013): 89-117.

Barboza, Alice, e Elizabete Mendonça. “Patrimônio imaterial e musealização: teoria do controle cultural para a gestão compartilhada em museus”. *Sociedade e Cultura*, 27 (2024): 1-38.

Batalla, Guillermo Bonfil. "Lo propio y lo ajeno: una aproximación al problema del control cultural". *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales* 27, no. 103 (2019). Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rmcyps/article/view/72329>. Acesso em: 29 out. 2025.

Brasil. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 out. 2025.

Brasil. 2000. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=3551&ano=2000&ato=c86UTRE1kMNpWT739>. Acesso em: 29 out. 2025.

Campos, Luana. “Alterações climáticas como risco ao Patrimônio Cultural no Brasil”. *Simpósio Científico Icomos Brasil*, 1 (2017). Disponível em https://www.academia.edu/download/58237908/artigo_ICOMOS.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

Canclini, Néstor García. 1998. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2. ed. São Paulo: Edusp.

Carta de Nara sobre Autenticidade. Nara, Japão, 1994. Disponível em: <https://www.icomos.org/charters/nara-e.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

Carvalho, J. B. de. “Marinheiro Navio Negroiro”. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/umbanda/1380331/>. Acesso em: 29 out. 2025.

Chuva, Márcia. “Patrimônio cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas”. *Seminários DEP/FLUP*, 1 (2020): 16-35.

Cianni, Bruna. 2021. *Revolução Verde*. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e4ABcrUWy3E>. Acesso em: 29 out. 2025.

Cocotle, Brenda Caro. “Nós prometemos descolonizar o museu: uma revisão crítica da política museal contemporânea”. *MASP Afterall* (2019). Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-X87a1s0ahKuQghS3VJ4D.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

Costa, Manuela, e Luciano Silva. “Mudanças climáticas e patrimônio cultural de povos indígenas e comunidades tradicionais no Pantanal”. *Memória e Patrimônio* 17, no. 2 (2021): 103-123. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/1349/1262>. Acesso em: 29 out. 2025.

De Souza, Maria Luiza Seixa, Márcia Almada, e Alessandra Rosado. “A relevância da comunicação interativa para a divulgação e a valorização dos bens patrimoniais”. *Museologia e*

Patrimônio 16, no. 2 (2023): 240-255. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/f1fe3454-c816-4202-adff-76e4755eb0ff>. Acesso em: 29 out. 2025.

Delphim, Carlos Fernando de Moura. 2004. *O patrimônio natural do Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

Fabris, Yasmin, e Ronaldo de Oliveira Corrêa. "(Re)encenando o popular: narrativas sobre a cultura brasileira em uma exposição". *Horizontes Antropológicos* 25, no. 53 (2019): 203-225.

Ferdinand, Malcom. 2022. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora.

Fernandes, Rosane Patricia, Dione da Rocha Bandeira, e Mariluci Carelli. "Entre coisas colecionadas e coleções musealizadas: funções e valores da materialidade histórica". *Revista Estudos Históricos* 13, no. 26 (2021): 1-29.

Hartog, François. "Tempo e patrimônio". *Varia história* 22, no. 35 (2006): 261-273. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/qhLrpqw77Bgwq8Gv3wbRX4x/?lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2025.

ICOM – Conselho Internacional de Museus *Carta Brasileira do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas* Brasília, 7-8 de jul. 2025 Disponível em: <https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2025/10/Carta-Brasileira-de-Patrimo%CC%82nio-Cultural-e-Mudanc%CC%A7as-Clima%CC%81ticas.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

Matos, Alan Kardec Veloso de. "Revolução verde, biotecnologia e tecnologias alternativas". *Cadernos da FUCAMP* 10, no. 12 (2010): 1-17. Disponível em <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/134> Acesso em: 29 out. 2025.

Memória Viva. 2020. "Vozes da floresta/Ailton Krenak". Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KRTJIh1os4w&t=35s>. Acesso em: 29 out. 2025.

Miceli, Sérgio. "SPHAN: refrigério da cultura oficial". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22 (1987): 44-47.

Minayo, Maria Cecília de Souza. 2001. "Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social". Em *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Maria Cecília de Souza Minayo (org.). 9-29. 18. Ed. Petrópolis: Vozes.

Moreira, Roberto José. 2000. "Críticas ambientalistas à revolução verde". *Estudos sociedade e agricultura*. Disponível em: <https://mail.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/176>. Acesso em: 29 out. 2025.

Nora, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 10 (1993): 7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/12101/8763>. Acesso em: 29 out. 2025.

ONU – Organização das Nações Unidas. “Relatório da ONU revela aumento alarmante nos efeitos da mudança climática”. 21 abr. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/04/1813222>. Acesso em 27 de out. 2025.

Pinto, Erika Fernandes. 2022. *Valores culturais da natureza*. Brasília: Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/909>. Acesso em: 29 out. 2025.

Quintero, Pablo. Patrícia Figueira, e Paz Concha Elizalde. *Uma breve história dos estudos decoloniais*. São Paulo: MASP Afterall, 2019.

SICG/IPHAN – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do IPHAN. *Relatório complementar – Ação*. 2004. Disponível em: <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bemImaterial/acao/76/>. Acesso em 1 ago. 2024.

UNESCO. 2003. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/convention>. Acesso em 29 out. 2025.

Verschuuren, Bas, e Steve Brown (ed.). 2018. *Significado cultural e espiritual da natureza em áreas protegidas: governança, gestão e política*. Oxfordshire: Routledge.

Zanirato, Silvia Helena. 2008. “Desafios para a conservação do patrimônio da humanidade diante das mudanças climáticas”. Em *Colóquio Internacional de Geocrítica. Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008*. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/-xcol/378.htm>. Acesso em: 29 out. 2025.